

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de Meticais

Conteúdo	Página
Relatório do Conselho de Administração	1 – 3
Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	4
Relatório dos Auditores Independentes	5-7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Variações no Capital Próprio	10
Demonstrações de Fluxos de Caixa	11
Notas às Demonstrações Financeiras	12 – 56
Outra informação	57 – 60

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

O presente Relatório de Gestão e Contas tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico de 2025, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

A actividade ferro-portuária dos CFM durante o exercício económico de 2025 foi positivo ao ter atingido um resultado antes de impostos de 3.262,21 milhões de Meticais contra 4.310,29 milhões de Meticais atingidos em 2024. Este desempenho ficou afectado pelos factores exógenos, a saber: i) contração da actividade económica no Iº Trimestre devido a insegurança dos agentes económicos associado as convulsões sociais pós eleitorais que se arrastaram até o mês de Fevereiro de 2025 caracterizadas pelos bloqueios das vias e saques de estabelecimentos comerciais; ii) a escassez das divisas que afectaram significativamente a importação de combustíveis e outros produtos, tendo influenciado negativamente o transporte ferroviário e o manuseamento portuário de mercadorias. Os factores endógenos que afectaram o desempenho estão associados a acidentes ferroviários a destacar: 104 descarrilamentos sendo 43 no sistema ferroviário sul e 61 na região centro, que danificaram a linhas com prejuízos avaliados em cerca de 512 milhões de Meticais.

Apesar dos aspectos negativos arrolados acima, no sistema ferroviário global, foram transportadas cerca de 29,61 milhões de toneladas líquidas (82% do plano), que corresponde a um crescimento de 8% relativamente ao período homólogo de 2024. Durante o período em análise, nas linhas sobre a gestão directa dos CFM, foram transportadas 14,32 milhões de toneladas líquidas contra 15.95 milhões planeadas, o que corresponde a uma realização de 90% em relação ao plano, e que corresponde a um crescimento de 11%, comparativamente a igual período do ano transacto, onde foram transportadas 12.87 milhões de toneladas líquidas.

Em termos de transporte de passageiros, apesar da paralisação dos comboios de passageiros no mês de Janeiro, no corredor Sul e Centro, foram transportados 5.598.812 passageiros contra 6.623.865 do plano, que corresponde a uma realização de 85% e uma redução de 18%, quando comparado ao período homólogo.

A área Portuária, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 89% do plano e um incremento de 4% em relação à realização do igual período do ano anterior, ao manusear 68,87 milhões de toneladas métricas (mtm), contra 76,99 mtm planificados e 66,46 mtm registadas no igual período de 2024. Para os terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas durante este período cerca de 13,24 mtm, contra 15,36 mtm manuseadas em 2024, o que representa uma redução na ordem de 14%, comparativamente a 2024.

A empresa CFM tem estado a empreender esforços na renovação e revitalização dos seus activos, por forma a dar mais eficiência operacional e aumento da sua capacidade de produção. Para tal, durante o exercício

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração

de 2025, investiu 3.253,7 milhões de Meticais (USD 51,4 milhões) em projectos ferro-portuários, o que corresponde a um nível de execução de 58% do orçamento aprovado.

Relativamente à componente social, continuamos a prestar um serviço público de transporte ferroviário de passageiros, com segurança e qualidade, nas zonas urbanas, peri-urbanas e de longo curso, bem como prosseguimos o suporte à Transmarítima, ao Fundo de Transportes e Comunicações, bem como em relação às actividades desportivas e culturais, como é apanágio da nossa empresa.

Na componente do capital humano, a empresa contou com uma força de Trabalho até Dezembro de 2025 com 5 372 trabalhadores (5 356 permanentes, 9 contratados e 7 formandos). Durante o mesmo período, 88 trabalhadores desligaram-se do serviço por motivo de reforma, dos quais 51 por limite de idade e 37 por aposentação voluntária. No que tange ao desenvolvimento do Capital Humano, foram formados 1 548 colaboradores em diversas especialidades (Operação Ferroviária, Manutenção Ferroviária, Operação Portuária, Manutenção Portuária, Manutenção Geral) bem como em áreas transversais.

O CFM tem um papel central no desenvolvimento económico e social de Moçambique, servindo como elo vital entre os centros de produção nacionais e os mercados nacional, regional e internacional, assegurando a mobilidade de pessoas e bens. Hoje enfrenta um momento crucial: alinhar a sua ambição de crescimento com as exigências de um contexto global em rápida transformação.

Maputo, 04 de Junho de 2026

Eng. Agostinho Francisco Langa Junior
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Uelmo Zucule
Administrador Executivo

Eng. Aboobacar Adamo Mussa
Administrador Executivo

Dra. Selma Ferreira Daud Vally Dixon
Administradora Executiva

Eng. Candido Gumissai Jone
Administrador Executivo

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

A Administração é igualmente responsável por manter um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. A administração é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. tem operado continuamente e continuará a operar num futuro previsível. A Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P não tem intenção e nem necessidade de cessar as operações ou reduzir significativamente o volume de vendas da empresa.

O auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos aspectos materiais em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P, como indicado acima, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Junho de 2026 e foram assinadas pelos seus representantes

Eng. Agostinho Francisco Langa Junior

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Uelele Zucule

Administrador Executivo

Dr. Carlos Adriano Macamo

Director da Administração e Finanças

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas da

Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP

Opinião

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014
Representada por:

Abel Guaiaguaia, 57/CA/OCAM/2014
Sócio
14 de Junho de 2026

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

Balanço em 31 de Dezembro 2025

	Notas	31-Dez-2025	31-Dez-2024
ACTIVOS			
<u>Activos não correntes</u>			
Activos tangíveis	5	69.514.175	71.925.074
Activos tangíveis de investimento	6	1.729.218	2.117.423
Activos intangíveis	7	165.580	66.923
Investimentos em subsidiárias e associadas	8	135.688	141.688
Outros activos financeiros	9	1.738.717	1.599.020
Activos por impostos diferidos	26.3	421.498	507.727
		73.704.876	76.357.855
<u>Activos correntes</u>			
Outros activos financeiros	9	1.034.411	121.547
Inventários	10	5.266.173	4.672.597
Clientes	11	4.582.328	3.159.432
Outros activos correntes	12	8.780.586	8.297.983
Impostos correntes	26.1	710.680	562.936
Caixa e equivalentes de Caixa	13	6.993.096	5.461.384
		27.367.142	22.275.879
Total dos activos		101.072.019	98.633.734
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
<u>Capital próprio</u>			
Capital social	14	1.242.981	1.242.981
Reservas	14	21.236.178	19.739.811
Resultados transitados		25.406.105	25.406.105
Resultados líquidos do exercício		1.993.798	2.579.942
Total do capital próprio		49.879.062	48.968.839
<u>Passivos não correntes</u>			
Empréstimos obtidos	15	13.135.746	9.958.056
Outros passivos financeiros	16	24.738.645	23.786.903
Outras contas a pagar	17	1.872.166	1.915.793
Provisões Fundo de Pensões	18	4.579.157	4.689.649
		44.325.714	40.350.401
<u>Passivos correntes</u>			
Empréstimos obtidos	15	2.109.394	4.106.746
Outros passivos financeiros	16	1.495.936	1.434.964
Outras contas a pagar	17	1.397.357	1.248.381
Provisões	18	13.016	142.571
Fornecedores	19	1.851.541	2.381.832
		6.867.243	9.314.494
Total dos passivos		51.192.957	49.664.895
Total do capital próprio e dos passivos		101.072.019	98.633.734

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de Dezembro 2025

	<u>Notas</u>	<u>31-Dez-2025</u>	<u>31-Dez-2024</u>
Vendas de bens e serviços	20	21.387.393	20.541.937
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	10.2	(1.740.265)	(1.225.265)
Custos com o pessoal	21	(7.078.062)	(7.057.310)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(9.036.697)	(8.997.657)
Depreciações e Amortizações	5, 6, 7	(6.287.917)	(5.844.838)
Provisões	18	175.047	4.088
Reversões de imparidades de clientes	11,1	315.442	569.440
Reversão de imparidade de investimentos financeiros	8	-	14.659
Outros ganhos e perdas operacionais	23	3.460.508	4.471.224
Resultado operacional		1.195.449	2.476.278
Rendimentos financeiros	24	3.940.447	2.915.573
Gastos financeiros	25	(1.873.687)	(1.081.566)
		2.066.760	1.834.007
Resultados antes de impostos		3.262.209	4.310.285
Imposto sobre o rendimento	26	(1.268.411)	(1.730.343)
Resultados líquidos do exercício		1.993.798	2.579.942

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas legais</u>	<u>Reserva para investimento</u>	<u>Ganhos e Perdas actuariais</u>	<u>Fundo social dos trabalhadores</u>	<u>Resultado transitado</u>	<u>Resultado líquido do período</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	1.242.981	368.232	13.897.563	2.091.640	1.446.073	25.406.105	2.978.929	47.431.522
Aplicação dos resultados	-	-	1.63.411		297.893	1.042.625	(2.978.929)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(1.042.625)	-	(1.042.625)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.579.942	2.579.942
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	1.242.981	368.232	15.535.974	2.091.640	1.743.965	25.406.105	2.579.942	48.968.840
Aplicação dos resultados	-	-	1.238.372	-	257.995	1.083.575	(2.579.942)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(1.083.575)	-	(1.083.576)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	1.993.798	1.993.798
Saldo final de 2025	1.242.981	368.232	16.774.346	2.091.640	2.001.960	25.406.105	1.993.798	49.879.061

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

	Notas	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		1.993.798	2.579.942
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Depreciações e Amortizações	5,6,7	6.287.917	5.844.838
Reversão da Imparidade de clientes	11,12	(315.442)	(569.440)
Impostos sobre o rendimento	26	1.268.411	1.730.343
Provisões	18	(64.555)	(4.088)
Mais ou menos valias na alienação de activos	24	1.292	(10.889)
Ganhos/ perdas actuarias – Fundo Xiporo	18.3	(110.492)	373.834
Juros a receber	24	(91.004)	(79.355)
Juros pagos	25	602.428	847.385
Reversão de Imparidade de activos financeiros	8	-	(14.659)
Dividendos a receber	24	(2.725.289)	(1.687.333)
Diferenças de cambio não realizadas	25	952.010	
Outros Ajustamentos	24	540.201	
Fluxos de caixa antes das alterações no capital circulante		8.339.275	9.010.577
Aumento em inventários	10	(593.576)	(503.187)
Aumento/ (diminuição) em clientes e outras contas a receber	11	(1.422.954)	142.661
Aumento em outros activos correntes	12	(482.412)	(207.180)
Aumento em outros activos financeiros	9	(1.052.560)	(1.509.753)
Diminuição em fornecedores e outros passivos financeiros	19	(530.291)	(98.494)
Diminuição em outras contas a pagar	16, 17	(18.241)	(1.357.594)
Caixa gerada pelas actividades operacionais		4.239.240	5.477.030
Imposto pago	26.3	(1.289.279)	(1.491.278)
Fluxo líquido de caixa geradas actividades operacionais		2.949.691	3.985.752
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição dos activos tangíveis		(3.703.954)	(5.841.958)
Venda de activos tangíveis		11.090	16.005
Dividendos		2.390.257	1.768.857
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(1.302.608)	(4.057.096)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Juros e rendimentos similares		89.619	72.043
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		4.931.609	3.760.491
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		(3.997.444)	(2.030.357)
Dividendos	16.2	(549.676)	(1.042.625)
Juros		(589.749)	(834.561)
Fluxo líquido de caixa usada nas actividades de financiamento		(115.641)	(75.009)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		1.531.712	(146.353)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.461.384	5.607.737
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13	6.993.096	5.461.384

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de Meticais e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 04 de Junho de 2026.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

De momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul e Centro);
- Terminal de Alumínio da Matola;

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Metical)

- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;.
- Terminal de Carvão Cais 8 (TCC8);
- Porto de Quelimane;
- Porto de Nacala;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM. No ano de 2021 a MPDC passou a explorar a terminal de cabotagem de Maputo, que nos exercícios anteriores estava sob a gestão da Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.

Em 2021 foi liquidada a Sociedade de Terminais de Moçambique, (STM), que em 2020 explorava a terminal ferro-rodoviária das Mahotas, tendo passado para a gestão directa dos CFM o referido terminal.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2025, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 4.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2025, sendo apresentadas em milhares de Meticais arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 8).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	<u>Anos de vida útil</u>
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos

Os CFM efectuam regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Metical)

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data do balanço, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Metical)

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Metical)

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios de empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com

pensões e outros benefícios pós emprego. rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como gasto assim que se vencem.

A Empresa faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Metical)

Plano de benefícios definidos

No âmbito do Decreto nº 25/2009 de 17 de Agosto que Aprova o Regulamento da Constituição de Fundo de Pensões no âmbito da segurança social complementar a empresa celebrou o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Complementar Fechado dos Trabalhadores dos CFM, abreviadamente designado por XIPORO – FPCF/CFM. A gestão do fundo encontra-se à cargo da Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões. SA cujo contrato foi celebrado em 9 de Agosto de 2017. Em 21 de Novembro de 2018 foi publicada a Ordem de Serviço nº. 7 com a comunicação dos termos e condições do Fundo. Esta Ordem de serviço previu imediatamente a entrada em vigor do Plano de Pensões no entanto, por dificuldades de natureza operacional o Fundo passou a estar em funcionamento a partir do exercício de 2019.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:

- (i) As contribuições da componente MZN correspondem a 10% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 7% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%;
- (ii) As contribuições da componente USD correspondem a 12% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%.

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/perdas actuarias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

i) Transporte Ferroviário de passageiros

O rédito relacionado com o transporte de passageiros é reconhecido com a venda dos bilhetes de viagem, onde no momento inicial é feito um recibo de adiantamento em contrapartida da conta do chefe da estação e posteriormente com o comprovativo de depósito da receita arrecadada da venda dos bilhetes é preenchido em triplicado o formulário C28 e entregue a fiscalização para aprovação da pré-factura e emissão da factura final. Uma vez que o sistema é integrado, no momento da emissão da factura, o rédito é automaticamente reconhecido.

ii) Transporte Ferroviário e manuseamento portuário de mercadorias

O rédito relacionado com o transporte ferroviário e manuseamento portuário de mercadorias é reconhecido quando os serviços são prestados. A prestação do serviço inicia com o preenchimento da Nota de Expedição pelo cliente, com indicação da origem da carga, destino, tipo e quantidade da mercadoria carregada e assinatura do expedidor, é preenchido o Modelo 9 que é remetido para a emissão da factura.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Metical)

iii) Serviços marítimos

O rédito relacionado com os serviços marítimos é após apresentação da documentação que evidenciam a prestação do serviço. Este processo inicia com o anúncio do navio, apresentação do manifesto da carga e aquando do início da operação de descarga ou embarque é emitido o formulário 1125 com o resumo das operações que posteriormente segue para o processo de taxaço e emissão de pré-fatura e enviada para a fiscalização para validação e emissão da factura final.

iv) Concessões

O rédito relacionado com os contractos de concessões (renda variável e fixa) são reconhecidos com base nos termos dos contractos celebrados. As rendas variáveis são reconhecidas no final de cada mês com base nos relatórios estatísticos e de desempenho das concessionárias.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

5. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
<u>Custo</u>					
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2024	75.365.256	38.530.442	3.984.152	10.873.404	128.753.254
Adições	775.760	369.396	478.572	6.261.263	7.884.991
Abates	(6.588)	(29.233)	(125.515)	-	(161.336)
Transferências	7.528.219	2.962.217	17.281	(10.507.717)	-
Reclassificações	-	(36)	(3.089)	(1.994.884)	(1.998.009)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2024	83.662.647	41.832.786	4.351.401	4.632.066	134.478.900
Adições	6.570	306.048	242,312	3.152.759	3.707.689
Abates	-	(43)	(178.907)	-	(178.950)
Transferências	78.492	1.030.504	2.422	(1.111.418)	-
Reclassificações	-	(22)	(1.919)	(198.943)	(200.883)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2025	83.747.709	43.169.273	4.415.309	6.474.464	137.806.754

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
<u>Depreciações acumuladas</u>					
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2024	(37.865.454)	(16.490.063)	(2.916.811)	-	(57.272.328)
Depreciação do exercício	(2.238.612)	(2.750.447)	(441.175)	-	(5.430.234)
Abates	3.805	26.418	115.395	-	145.618
Reclassificações	-	-	3.118	-	3.118
Saldo final em 31 de Dezembro 2024	(40.100.261)	(19.214.092)	(3.239.473)	-	(62.553.826)
Depreciação do exercício	(3.523.869)	(2,016,508)	(354,489)	-	(5.894.866)
Abates	-	43	156.117	-	156.160
Reclassificações	-	-	(47)	-	(47)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2025	(44.713.229)	(21.230.557)	(3.437.892)	-	(68.292.578)
<u>Quantia escriturada</u>					
31 de Dezembro de 2024	43.562.386	22.618.694	1.111.928	4.632.066	71.925.074
31 de Dezembro de 2025	40.123.579	21.938.716	977.417	6.474.464	69.514.175

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Em 31 de Dezembro, os activos tangíveis em curso apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>Construção</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Total</u>
2025				
Investimentos em curso	5.270.473	1.154.931	49.060	6.474.464
2024				
Investimentos em curso	4.318.083	311.306	2.677	4.632.066

Construções

Os investimentos em curso nesta rubrica referem-se maioritariamente a duplicação e modernização da linha de Ressano Garcia e reabilitação do estádio da Machava.

Equipamento básico

Estão integrados como investimentos em curso nesta rubrica de equipamento básico a conclusão da montagem de um Sistema Telecomunicações Ferroviárias, a reabilitação das casas protocolares nos portos de Nacala e Pemba e a reabilitação do pavimento dos passeios do Complexo Mbau em Nampula.

6. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	<u>Construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	16.365.371	1.412.636	17.778.007
Ajustamentos	-	(244)	(244)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	16.365.371	1.412.392	17.777.763
Ajustamentos	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	16.365.371	1.412.392	17.777.763
<u>Depreciações acumuladas</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	13.894.743)	(1.358.533)	(15.253.276)
Depreciações do exercício	(407.066)	(242)	(407,308)
Ajustamentos	(45)	289	244
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(14.301.854)	(1.358.486)	(15.660.340)
Depreciação do exercício	(388.128)	(77)	(388.205)
Ajustamentos	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(14.689.982)	(1.358.563)	(16.048.545)
<u>Quantia escriturada</u>			
31 de Dezembro de 2024	2.063.517	53.906	2.117.423
31 de Dezembro de 2025	1.675.389	54.073	1.729.218

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota 1. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 23.

7. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
<u>Custos</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	74.153	56.904	131.057
Adições	6.108	-	6.108
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	80.261	56.904	137.165
Adições	-	103.503	103.503
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	80.261	160.407	240.668
	Software	Reservas de terra	Total
<u>Amortizações acumuladas</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	(62.946)	-	(62.946)
Amortizações do exercício	(7.296)	-	(7.296)
Saldo em 31 de Dezembro 2024	(70.242)	-	(70.242)
Amortizações do exercício	(4.846)	-	(4.846)
Saldo em 31 de Dezembro 2025	(75.088)	-	(75.088)
<u>Quantia escriturada</u>			
31 de Dezembro 2024	10.019	56.904	66.923
31 de Dezembro 2025	5.173	160.407	165.580

8. Investimentos em subsidiárias e associadas

A rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Subsidiárias (Nota 8.2)	13.240	13.240
Associadas (Nota 8.2)	81.602	87.602
Outros instrumentos financeiros (Nota 8.2)	47.762	47.762
	142.604	148.604
Imparidade acumulada (Nota 8.1)	(6.916)	(6.916)
	135.688	141.688

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

8.1. Movimento da imparidade dos investimentos em subsidiárias e associadas

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Em 1 de Janeiro	(6.916)	(21.675)
Reversão	-	14.759
Em 31 de Dezembro	(6.916)	(6.916)

8.2. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2025	2024	2025	2024
<u>Subsidiárias</u>				
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100	100	240	240
CFM – Logistics	100	100	13.000	13.000
Transmaritima, S.A.	100	100	-	-
			13.240	13.240

Em 2024 foi feita a aquisição de 100% das acções da Transmaritima, SA no valor de 1 Metical.

	% de participação		Valor	
	2025	2024	2025	2024
<u>Associadas</u>				
DP World Maputo, S.A.	40	40	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.5	27.5	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33	33	3.795	3.795
Terminal de Cabotagem de Maputo	49	49	5.830	5.830
Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	49	49	11.270	11.270
Portos do Norte , S.A.	30	30	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20	20	-	6.000
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49	49	1.715	1.715
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50	50	6.000	6.000
			81.602	87.602

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

	% de participação		Valor	
	2025	2024	2025	2024
<u>Outros investimentos financeiros</u>				
Cimentos de Moçambique	1.60	1.60	39.748	39.748
Transcarga	17	17	14	14
Technoshore, Limitada	15	15	6.750	6.750
Beira Grain Terminal	15	15	405	405
Belavista Holding	65	65	845	845
			47.762	47.761

9. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica outros activos financeiros era como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Não corrente</u>		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	1.738.717	1.599.020
	1.738.717	1.599.020
<u>Corrente</u>		
Adiantamentos ao pessoal	120.561	101.491
Acréscimos de juros a receber	34.148	23.516
Devedores diversos – Partes relacionadas	890.733	7.571
	1.045.442	132.578
Imparidade dos activos financeiros	(11.031)	(11.031)
	1,034,411	121.547
	2.773.127	1.720.567

Os suprimentos concedidos as subsidiárias dizem respeito maioritariamente ao saldo de 1.577 Milhões de Meticais concedido ao CFM Logisticts, reembolsável em um período entre 4 a 10 anos, contados a partir do ano de 2025 a título gratuito, não incidindo sobre o mesmo juros remuneratórios.

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros:		
Em 1 de Janeiro	(11.031)	(11.812)
Reversão	-	781
Em 31 de Dezembro	(11.031)	(11.031)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

10. Inventário

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica inventários era como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Travessas	1.219.189	866.572
Material de construção	834.612	773.105
Peças e sobressalentes	3.190.664	3.016.984
Combustíveis e lubrificantes	37.922	32.291
Outros materiais	4.621	4.480
	5.287.008	4.693.432
Imparidade de Inventário (Nota 10.1)	(20.835)	(20.835)
	5.266.173	4.672.597

10.1 Imparidade de inventário

O detalhe dos movimentos relativos a imparidade de inventário é apresentado na tabela seguinte:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Em 1 de Janeiro	(20.835)	(20.835)
Aumento	-	-
Em 31 de Dezembro	(20.835)	(20.835)

10.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo inicial (Nota 10)	4.693.432	4.190.245
Compras	2.333.841	1.728.452
Saldo final (Nota 10)	(5.287.008)	(4.693.432)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	1.740.265	1.225.265

11. Clientes

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Tráfego	1.458.357	1.766.285
Concessionárias	2.463.286	880.168
Partes relacionadas	19.259	26.702
Administrações estrangeiras	532.208	274.289
Clientes de cobrança duvidosa	505.083	625.247
Outros clientes	99.973	202.743
	5.078.166	3.775.434
Perdas por imparidade acumuladas de clientes (Nota 11.1)	(495.838)	(616.002)
	4.582.328	3.159.432

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

11.1. Movimento das perdas por imparidade de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Em 1 de Janeiro	(616.002)	(454.846)
Reforço	(16.034)	(179.725)
Utilização	126.610	-
Reversão	9.588	18.569
Em 31 de Dezembro	(495.838)	(616.002)

12. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Imposto sobre o valor acrescentado	6.144.699	5.596.864
Cauções	74.317	74.796
Gastos diferidos	26.189	99.133
Fundo Nacional de Dragagem (Nota 12.1)	1.941.318	1.941.318
Adiantamentos à fornecedores	1.062.568	1.074.790
Acréscimos de rendimentos	23.146	2.733
	9.272.236	8.789.634
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 12.2)	(491.651)	(491.651)
	8.780.586	8.297.983

12.1. Fundo de Nacional de Dragagem

O Fundo Nacional de Dragagem, abreviadamente designado por FND, é instrumento de financiamento interno, sustentável e permanente, do sector de dragagens do País visando satisfazer não só as necessidades de investimento do sector, mas também, as necessidades de financiamento relativas às dragagens de manutenção dos portos nacionais. O CFM comparticipa em 42% e o FND em 58% nos custos das dragagens.

12.2. Perdas por imparidade acumuladas

O detalhe dos movimentos relativos as perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes é apresentado na tabela seguinte:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Em 1 de Janeiro	(491.651)	(1.008.107)
Reversão	-	516.456
Em 31 de Dezembro	(491.651)	(491.651)

O valor apresentado na Demonstração de Resultados referente a reversão de imparidades inclui o movimento das imparidades do exercício das rubricas de clientes no valor de 110.5 milhões, sendo que, o remanescente refere-se a reversão de imparidades de IVA no montante de 204.8 milhões feitos *write-offs* em exercícios

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

anteriores, que no entanto viemos a receber os montantes no exercício corrente. Em 2024 o valor inclui o movimento das imparidades do exercício das rubricas de clientes e outros activos correntes no valor de 355 milhões, sendo que, o remanescente refere-se a reversão de imparidades de IVA no montante de 144 milhões e 69 milhões de saldos de clientes feitos write-offs em exercícios anteriores, que no entanto viemos a receber os montantes no exercício corrente.

13. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro, a caixa e equivalentes de caixa apresentavam os seguintes valores:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Caixa</u>		
Meticais	3	50
Dólar Norte-Americano	192	-
	195	50
<u>Depósitos à ordem</u>		
Meticais	744.565	616.119
Dólar Norte-Americano	2.825.419	1.531.647
Rands Sul-Africanos	252.496	211.778
Euros	11.722	10.411
	3.834.202	2.369.955
<u>Depósitos a prazo</u>		
Meticais	83.667	47.734
Dólar Norte-Americano	3.075.032	3.043.645
	3.158.699	3.091.379
	6.993.096	5.461.384

14. Capital social

		31-Dez-2025	31-Dez-2024
Estado Moçambicano	100%	1.242.981	1.242.981

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano e não houve alteração durante o exercício findo em 2025 (2024: sem alteração).

Reserva Legal

Constitui reserva legal a parte do resultado líquido de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras Reservas

As reservas para investimento e fundo social dos trabalhadores são constituídas de acordo com a deliberação da Assembleia Geral do sócio maioritário o Estado Moçambicano, com o propósito de realizar

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

investimentos estruturantes para aumento da capacidade produtiva da empresa e desenvolvimento de actividades de carácter social relacionadas com os trabalhadores, respectivamente.

15. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Não correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 15.1)	6.215.099	3.721.539
Financiamentos do Estado (Nota 15.2)	6.920.647	6.236.517
	13.135.746	9.958.056
<u>Correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 15.1)	1.802.217	3.765.104
Financiamentos do Estado (Nota 15.2)	307.177	341.642
	2.109.394	4.106.746
	15.245.140	14.064.802

15.1. Empréstimos bancários

		Taxa de juro	Moeda	Maturidade	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Não corrente</u>						
ABSA Bank	i)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	326.859	649.550
Moçambique Banco						
Comercial e de Investimento	i)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	02/03/2028	564.725	1.016.497
Standard Bank	i)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	1.027.746	2.055.492
African Development Bank	ii)	Term SOFR 6M + 5.5%	USD	31/12/2046	2.359.001	-
Standard Bank	ii)	Term SOFR 6M + 5.5%	USD	31/12/2046	1,936,678	-
					6.215.099	3.721.539

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Corrente

ABSA Bank

Moçambique	i)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	322.691	322.691
Banco						

Comercial e de

Investimento	i)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	02/03/2028	451.780	451.780
--------------	----	--------------------	-----	------------	---------	---------

Standard Bank	i)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	1.027.746	1.027.746
---------------	----	--------------------	-----	------------	-----------	-----------

Banco

Comercial e de

Investimento		Prime rate	MZN	26/08/2024	-	645.100
--------------	--	------------	-----	------------	---	---------

Banco

Comercial e de

Investimento	ii)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	29/02/2025	-	672.387
--------------	-----	--------------------	-----	------------	---	---------

Standard Bank	ii)	Term SOFR 3M +5.5%	USD	26/08/2024	-	645.400
---------------	-----	--------------------	-----	------------	---	---------

1.802.217	3.765.104
------------------	------------------

8.017.316	7.486.643
------------------	------------------

i) Face ao estado avançado de degradação da Linha de Machipanda, o CFM desenvolveu um projecto de reabilitação da mesma com o objectivo de garantir o transporte ferroviário de pessoas e bens com o mínimo de segurança garantidos, o qual ficou orçado em um investimento de cerca de USD 200 milhões, dos quais numa fase inicial seriam necessários USD 150 milhões. Para o efeito, dada a impossibilidade de financiar o montante total do investimento com fundos próprios, o CFM recorreu em 2019 a banca nacional para a contratação de financiamento de 80% do valor (USD 120 milhões) e a comparticipação com fundos próprios do remanescente de USD 30 milhões. A posterior o valor financiado foi incrementando, passando a totalizar no final do projecto USD 146 milhões. O financiamento em causa tem a maturidade de 8 anos, sendo 3 anos de período de graça, a taxa agregada da margem e da *SOFR* aplicável respectivamente.

Financiaram o Projecto de investimento na Reabilitação da linha de Machipanda os seguintes bancos:

1. USD 79.62 milhões do Standard Bank Moçambique;
2. USD 35 milhões do BCI;
3. USD 25 milhões do ABSA Moçambique;
4. USD 7 milhões do FNB.

Relativamente a comparticipação por banco o Standard bank está com 54%, o BCI com 24%, o First National Bank Moçambique, com 5% (montante completamente liquidado) e por fim o ABSA com 17%.

A 31 de Dezembro de 2025, do montante do financiamento foram desembolsados cerca de USD139,61 milhões correspondentes a 93% distribuídos da seguinte forma:

- ✓ Standard bank com USD 79.62 milhões correspondentes a 48%;
- ✓ Banco Comercial e de Investimentos com USD35,00 milhões correspondentes a 18%;
- ✓ ABSA Bank Moçambique, SA com 24,99 milhões correspondentes a 15%;

O valor remanescente de USD24,96 milhões, correspondentes a 15% foram financiados através de Fundos próprios do CFM.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Condições dos empréstimos

ABSA Bank Moçambique financiou o projecto da reabilitação da linha de Machipanda em USD 25 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ Montante: USD 25 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 3M +5.5%;
- ✓ Data de início: 31 de Março de 2023;
- ✓ Frequência do reembolso: Trimestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 1.25 milhões;
- ✓ Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

Banco Comercial e de Investimentos financiou o projecto da reabilitação da linha de Machipanda em USD 35,0 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ Montante: USD 35.0 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 3M +5.5%;
- ✓ Data de início: 02 de Junho de 2023;
- ✓ Frequência do reembolso: Trimestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 1.75 milhões;
- ✓ Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

Standard Bank financiou o projecto da reabilitação da linha de Machipanda em USD 79.62 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ Montante: USD 79.62 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 3M +5.5%
- ✓ Data de início: 31 de Março de 2023;
- ✓ Frequência do reembolso: Trimestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 3.98 milhões;
- ✓ Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) negociou um acordo de financiamento no valor de USD 70 Milhões para permitir a aquisição de material circulante, nomeadamente 10 locomotivas, 420 vagões. O AfDB garantiu USD 40 milhões como mutuante original e o Standard Bank S.A como agente local o valor de USD 30 Milhões.

- ✓ Montante: USD 70 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 6M +5.5%
- ✓ Data de início: 01 de Agosto 2025;
- ✓ Frequência do reembolso: Semestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 3.89 milhões;

Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

15.2. Financiamentos do Estado

Os financiamentos do Estado são valorados no final de cada exercício a uma taxa de câmbio fixa histórica de USD 18.36MT (i) e outros pelo câmbio do fecho (ii,iii e iv) da seguinte tabela.

	<u>Notas</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Moeda</u>	<u>Maturidade</u>	<u>31-Dez-2025</u>	<u>31-Dez-2024</u>
<u>Não corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	355.815	318.360
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	980.358	938.271
Aquisição do Material Circulante	(ii)	1.5%	USD	02/04/2043	5.584.474	4.979.886
					6.920.647	6.236.517
<u>Corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	6.242	37.454
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	7.015	42.088
Aquisição do Material Circulante	(ii)	1.5%	USD	02/04/2043	293.920	262.100
					307.177	341.642
					7.227.824	6.578.159

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em 2004 e transformadas em dois acordos de retrocessão para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuring of Port”) e saneamento económico e financeiro:

1. Acordo de Retrocessão nr. CA-Q0960;

- ✓ Montante: USD 19.0 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: 2%/ano;
- ✓ 10 anos de graça;
- ✓ 30 anos de pagamento do capital após o período de graça;
- ✓ Data de início: 01 de Janeiro de 2015;
- ✓ Frequência do reembolso: Anual;
- ✓ Montante da prestação: USD1.01 milhões.

2. Acordo de Retrocessão nr. CA-Q0961

- ✓ Montante: USD 30.1 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: 0,0%/ano;
- ✓ 10 anos de graça;
- ✓ 30 anos de pagamento do capital após o período de graça;
- ✓ Data de início: 01 de Janeiro de 2015;
- ✓ Frequência do reembolso: Anual;
- ✓ Montante da prestação: USD1.0 milhões.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

Os acordos de retrocessão acima referidos enquadram-se no âmbito da aplicação do Diploma Ministerial Conjunto S/N de 2004 assinado entre os Ministérios do Plano e Finanças e de Transportes e Comunicações em 13 de Outubro de 2004.

(ii) Empréstimo concedido pelo Estado Moçambicano

Importa referir que o crédito concessional de 95 milhões de dólares do Exim Bank da Índia para o financiamento de aquisição do material circulante (locomotivas, vagões e carruagens) foi firmado entre dois governos da Índia e de Moçambique. Por essa via coube ao Ministério de Economia e Finanças o repasse do referido montante para CFM através do Acordo de Retrocessão. O montante em causa tem um período de maturidade de 25 anos correspondentes a 50 semestres e deverá ser amortizado ao longo de 20 anos através de uma série de 40 prestações semestrais, iguais, sucessivas e inadiáveis, após um período de diferimento de 5 anos. A taxa de juro aplicável é de 1,5%.

O seu reconhecimento nas contas do CFM é feito mediante aos desembolsos feitos pelo Exim Bank no pagamento das facturas do fornecedor RITES na conta de adiantamentos a fornecedor e a crédito na conta de empréstimos concedidos pelo Estado.

Hipoteca: Garantia do Governo de Moçambique através da escritura pública do Acordo de Retrocessão assinada entre as partes no dia 06 de Março de 2019.

- ✓ Montante: USD 95.0 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: 1,5%/ano;
- ✓ 5 anos de graça;
- ✓ 20 anos de pagamento do capital após o período de graça;
- ✓ Data de início: 01 de Janeiro de 2025;
- ✓ Frequência do reembolso: Semestral;
- ✓ Montante da prestação: USD2.4 milhões.

16. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro, a rubrica outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Não corrente</u>		
Reversão da Linha de Sena (Nota 16.1)	6.002.246	6.002.246
Financiamento da JICCA – Porto de Nacala (Nota 17.3)	18.736.399	17.784.657
	24.738.645	23.786.903
<u>Corrente</u>		
Cauções pagas	27.885	36.423
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	63.390	66.890
RITES, LTD	72.001	384.858
Credores partes relacionadas	165.997	130.827
Dividendos a pagar (Nota 16.2)	533.900	-
Salários a pagar	222.926	217.881
Outros acréscimos de gastos	409.836	598.085
	1.495.936	1.434.964
	26.234.581	25.221.867

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

16.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), nos montantes equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797.26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena.. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6 002 246 milhares de Meticais. Decorre ao nível do Conselho de administração conversações por correspondência junto do IGEPE e do Ministério da Economia e Finanças o projecto de transformação do referido montante em aumento de capital social.

16.2. Dividendos a pagar

Dividendos a pagar ao acionista único o Estado Mocambicano deliberados em sede da Assembleia Geral.

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo inicial	-	18
Dividendos declarados	1.083.576	1.042.625
Dividendos pagos no exercício	(549.676)	(1.042.643)
	533.900	-

17. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro, a rubrica outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Não correntes</u>		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 17.1)	236.167	267.321
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 17.2)	129.760	145.983
Financiamento em forma de donativo – Porto de Nacala (Nota 17.3)	1.506.239	1.502.489
	1.872.166	1.915.793

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Corrente

Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 17.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 17.2)	16.222	16.222
Reabilitação do Porto de Nacala (Nota 17.3)	83.472	83.472
Adiantamentos de clientes	92.085	49.447
Partes relacionadas	53.591	540
Outras operações com trabalhadores	17.727	15.993
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	102.390	104.589
Segurança social (INSS)	15.850	11.179
Execuções Fiscais	184.654	21
Providencia social	23.182	115.908
Outros credores - Construções	121.785	236.103
Outros credores - Equipamentos	130.891	58.771
Outros credores - Despachos aduaneiros	16.862	30.238
Outros credores - assistência medica	40.581	19.801
Outros credores diversos	467.003	474.942
	1.397.357	1.248.381
	3.269.523	3.164.174

17.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de Meticais em 2004. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil esperada de 30 anos.

17.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira concluída em 2018 com vida útil estimada em 15 anos e este donativo, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

17.3. Reabilitação do Porto de Nacala

Em 7 de Outubro de 2023 foram inauguradas as obras de reabilitação e expansão do porto e aquisição de novos equipamentos como gruas, braços de carga de líquidos, empilhadoras de contentores e garras para carga geral e a granel, as quais permitem um aumento de 152% da capacidade de carga manuseada. O projecto de reabilitação e modernização deste porto teve a fase de emergência que custou 1.506 mil milhares de MT em forma de donativo e as fases subsequentes I e II no montante de 18.736 mil milhares de MT em forma de empréstimo concessional ambas financiadas pela JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

Este projecto foi executado a luz da cooperação existente entre o GoM e do Japão com base no qual através da JICA foram concedidos o donativo e empréstimo concessional acima referenciados a favor do GoM. Refira-se que o porto de Nacala é um activo propriedade do GoM e por força do empréstimo concessional este assume a responsabilidade de gestão do mesmo ate a tomada de decisão de celebração de um acordo de retrocessão com a entidade que for a gerir o porto de Nacala em sua representação, no caso, o CFM ou por via de concessão a entidade privada.

18. Provisões

Em 31 de Dezembro, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Não corrente</u>		
Fundo de pensões (Nota 18.1 e 18.3)	4.579.157	4.689.649
	4.579.157	4.689.649
<u>Corrente</u>		
Acréscimo para férias	8.311	6.647
Provisões para processos judiciais (Nota 18.2)	4.705	73.597
Provisões para impostos	-	62.327
	13.016	142.571
	4.592.173	4.832.220

18.1 Movimento das provisões

Durante o exercício houve movimentação na rubrica Provisões:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Em 1 de Janeiro de 2024	4.832.220	4.512.474
Fundo Xiporo	(275.893)	373.834
Aumento em outras provisões	3.615	3.877
Reversão	(5.843)	(7.965)
Utilização	(65.000)	(50.000)
Em 31 de Dezembro de 2024	4.489.099	4.832.220

18.2 Provisões para processos judiciais

A provisão para processos judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

18.3 Fundo Xiporo

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro são:

Pressuposto financeiro	Responsabilidades em MZN 2025	Responsabilidades em MZN 2024
Idade normal de reforma	60 homens/55 mulheres	60 homens/55 mulheres
Taxa de desconto	11.00%	11.50%
Taxa de inflação de preços	5.00%	5.50%
Taxa de inflação de salários	6.00%	6.50%
Incremento das pensões (percentagem da inflação dos salários)	5.00%	4.69%
Taxa de juro (pros-reforma)	5.71%	6.50%
Tábua de Mortalidade (pós-reforma)	PA (90) +3	PA (90) +3
Tábua de Mortalidade (pré-reforma)	N/A	N/A
Pensão do cônjuge (homens quatro mais velhos)	30% reversível	30% reversível
% dos casados na reforma	80%	80%

Os participantes do plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Activos	4.394	4.223
Reformados e pensionistas	576	485
	4.994	4.708

A aplicação da NCRF 19 traduz nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Valor actual das responsabilidades de serviços passados	9.108.766	8.375.653
Valor dos activos do fundo	(4.529.609)	(3.686.004)
Défice de financiamento	4.579.157	4.689.649

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Responsabilidades em 1 de Janeiro	8.375.653	6.989.498
Custo financeiros das responsabilidades actuariais	970.686	825.869
Custo de serviço corrente	408.939	215.833
Ganhos/Perdas actuariais	(371.408)	569.558
Pensões pagas	(275.104)	(225.105)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	9.108.766	8.375.653

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	3.686.004	2.673.683
Rendimento esperado	442.882	352.481
Contribuições da empresa	614.624	801.199
Ganhos actuariais	61.203	83.746
Pensões pagas	(275.104)	(225.105)
Valor em 31 de Dezembro	4.529.609	3.686.004

Os activos do fundo de pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Depósitos à ordem	41.613	121.815
Depósitos a prazo	-	27.816
Instrumentos de capital e unidades de participação	10.937	7.065
Títulos de dívida pública	4.066.805	3.148.698
Outros títulos de dívida	194.100	249.568
Devedores	160.821	82.286
Valores a pagar	(24.828)	(48.756)
	4.449.448	3.588.492

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	4.689.649	4.315.815
Aumento Registado na Demonstração de resultados	(110.492)	373.834
Responsabilidades em 31 de Dezembro	4.579.157	4.689.649

Para financiar o défice da responsabilidade inicial para com o Fundo de Pensões relativamente aos serviços passados, foi acordado no contrato constitutivo do Fundo que os CFM irão fazer contribuições mensais de 16 361 613 MZN e 99 577 USD durante vinte anos, a partir do ano de 2019.

19. Fornecedores

A rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Fornecedores de combustíveis	153.721	277.974
Fornecedores das locomotivas e acessórios	355.310	380.707
Fornecedores do material de construção da via	632.269	1.010.118
Fornecedores dos serviços de dragagem	245.308	217.639
Fornecedores de construções	109.400	147.176
Outros fornecedores	355.532	348.218
	1.851.541	2.381.832

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

20. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Cedência de materiais	197.032	-
Estadias	467.071	550.450
Exportações	583.512	565.574
Importações	947.922	1.257.617
Pilotagem	142.430	153.611
Rebocadores	552.944	556.152
Transporte de passageiros	289.631	316.871
Transporte e manuseamento de mercadorias	16.915.284	16.082.893
Outros serviços prestados	1.291.568	1.058.769
	21.387.393	20.541.937

21. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Remunerações da administração	146.107	153.421
Remunerações de outros colaboradores	5.020.252	4.700.795
Encargos com as remunerações	100.452	89.618
Ajudas de custo	73.265	64.938
Indemnizações de trabalhadores	54.715	15.011
Pensões	122.663	130.151
Seguros de acidentes de trabalho e doença	8.941	8.932
Custos de acção social	267.500	221.088
Fundo Xiporo - contribuições	519.790	521.115
Fundo Xiporo – custo com pensões (Nota 18)	-	373.834
Outros custos com pessoal	764.377	778.407
	7.078.062	7.057.310

O número de trabalhadores foi de 5.372 (2024: 6.560 trabalhadores).

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticais)

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante o ano foram como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Água e electricidade	378.102	376.835
Combustíveis e lubrificantes	1.346.143	1.494.272
Ferramentas e utensílios	47.434	43.002
Materiais de manutenção e reparação	426.102	431.502
Material de escritório	90.993	99.560
Serviços de dragagem	834.797	735.974
Estiva	1.926.519	2.021.799
Manutenção e reparação	624.038	843.695
Transporte de carga e de passageiros	65.853	28.101
Comunicações	77.821	82.970
Publicidade e propaganda	149.647	67.687
Deslocações e estadas	258.236	252.045
Despesas de representação	1.410	4.793
Contencioso e notariado	3.757	2.379
Rendas e alugueres	592.637	550.463
Seguros	108.217	131.028
Limpeza, higiene e conforto	231.795	214.155
Vigilância e segurança	551.636	513.915
Trabalhos especializados	835.159	649.605
Intercâmbio de material circulante	75.161	76.715
Outros fornecimentos e serviços	411.240	377.162
	9.036.697	8.997.657

23. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante o ano foram como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	743.169	761.696
Rendas variáveis	3.406.217	3.376.826
Honorários de gestão	335.156	318.613
Aluguer de outros equipamentos	79.096	159.440
Subsídios para investimentos	130.847	130.844
Alienação de activos tangíveis	20.951	25.916
Outros rendimentos e ganhos	451.761	504.049
	5.167.197	5.277.384

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Perdas		
Impostos e taxas	(681.197)	(168.626)
Multas e penalidades	(1.848)	(1.827)
Alienação de activos tangíveis	(22.243)	(15.028)
Donativos	(91.319)	(3.500)
Quotizações	(2.527)	(3.021)
Programas de responsabilidade social	(385.764)	(116.303)
Clube de actividades desportivas	(382.618)	(352.641)
Indemnizações	(16.007)	(3.631)
Outros gastos e perdas	(123.166)	(141.583)
	(1.706.689)	(806.160)
	3.460.508	4.471.224

24. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Juros obtidos	91.004	79.355
Rendimentos de partes sociais	778.880	774.147
Diferenças de câmbio favoráveis	286.430	309.868
Dividendos recebidos	2.725.289	1.687.333
Outros rendimentos e ganhos financeiros	58.844	64.870
	3.940.447	2.915.573

25. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Juros suportados	(602.428)	(847.385)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.238.440)	(203.552)
Outros gastos e perdas financeiras	(32.820)	(30.629)
	(1.873.687)	(1.081.566)

26. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.182.182)	(1.611.599)
	(1.182.182)	(1.611.599)
Diminuição em activos por impostos diferidos	(86.229)	(118.744)
	(86.229)	(118.744)
	(1.268.411)	(1.730.343)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de Meticals)

A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de relato foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

26.1. Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 36% (2024: 37%).

	Taxa de Imposto	31 de Dezembro 2025	Taxa de Imposto	31 de Dezembro 2024
Resultado antes de Imposto		3.262.209		4.310.285
Imposto a pagar a taxa nominal	32%	1.043.907	32%	1.379.291
Correcções Fiscais				
Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	28.03%	863.325	17.30%	871.221
Diferenças de câmbio não realizadas	4.19%	1.102.379	2.61%	131.226
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	1.01%	19.648	3.65%	183.601
Realizações de utilidade social não enquadráveis	31.48%	610.456	20.53%	1.033.909
Donativos não previstos	27.16%	528.988	6.58%	331.151
Multas, coimas, juros compensatórios	0.09%	542.049	0.04%	1.827
Indemnizações por eventos seguráveis	0.83%	16.134	0.07%	3.582
50% das ajudas de custo	0.05%	982	0.03%	1.539
80% das despesas de representação	0.06%	1.128	0.08%	3.835
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor	0.83%	-	0.45%	22.901
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	4.37%	82.347	1.63%	82.334
Menos-valias contabilísticas	1.14%	-	0.03%	15.019
Mais-valias fiscais	1.09%	9.550	0.52%	25.945
Ofertas	0.16%	3.103	0.01%	683
Imposto sobre o valor acrescentado	0.84%	16.677	1.39%	70.082
Impostos e encargos de responsabilidade de outrem	0.25%	9.333	-	-
Reposição de provisões tributadas	-17.12%	(506.246)	(4.97%)	(250.316)
Mais-valias contabilísticas	-1.09%	-	(0.52%)	(25 945)
Menos-valias fiscais	-1.14%	(10.576)	(0.03%)	(15 019)
Diferenças de câmbio não realizadas	-6.77%	(131.876)	(1.47%)	(74 281)
Dupla tributação económica de lucros distribuídos art 40 do CIRPC	-139.92%	(2.725.289)	(33.50%)	(1 687 333)
Resultado fiscal		3.694.321		5 036 246
Resultado Tributavel		3.694.321		5 036 246
Imposto corrente	32.00%	1.182.182	32.00%	1 611 599
Taxa efectiva do imposto		26%		37%
Saldo no Inicio		(584.079)		(410 493)
Retenção na fonte	-	(396.242)	-	(272 763)
Pagamento por conta	-	(1.289.279)	-	(1 387 942)
Outras deduções		376.737		-
Pagamento final		-		(103 337)
Imposto a receber	-	(710.680)	-	(562 936)

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticais)

26.2 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Diferenças cambiais não realizadas	187.082	168.859
Imparidades de contas a receber	230.252	293.245
Provisões	4.165	45.623
	421.498	507.727

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Diferenças cambiais	Contas a receber	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	150.637	412.903	62.931	626.471
Imputado / (creditado) ao resultado	18.222	(119.658)	(17.308)	(118.744)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	168.859	293.245	45.623	507.727
Imputado / (creditado) ao resultado	18.222	(62.992)	(41.458)	(86.228)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	187.082	230.252	4.165	421.498

26.3 Reconciliação de impostos pagos

A reconciliação do imposto pago durante o exercício pode ser analisada como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Saldo em 01 de Janeiro	49.106	103.337
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	1,182.183	1.611.599
Retenções na fonte	(396.243)	(272.763)
Imposto a recuperar final	454.233	49.106
	1.289.279	1.491.278

27. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

27.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Benefícios de curto prazo	146.107	153.421
	146.107	153.421

27.2. Transacções com partes relacionadas

	31-Dez-2024	31-Dez-2024
Vendas e prestações de serviços		
Cornelder de Moçambique S.A.	2,676,973	3.037.095
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	1,606,097	4.932.258
	4.283.070	7.969.353

As vendas e prestações de serviços a partes relacionadas correspondem as rendas de Concessão, dividendos facturados e fees de gestão.

27.3 Saldos com partes relacionadas

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<u>Clientes</u>		
Concessões, Tráfego e Outros		
MPDC- Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	86.821	96.299
Cornelder de Moçambique S.A.	2.517	118.318
Cimentos de Moçambique, S.A.	581	12.798
DP World	2.226	2.840
Terminal de carvão da Matola	17.214	14.018
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	8.100	2.140
	117.459	246.413
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	91.373	30.875
Transnet Freight Rail	163.480	106.594
eSwatini Railways	81.428	53.361
	336.281	190.830
	453.740	437.243

Os saldos a receber das partes relacionadas correspondem aos valores não pagos resultantes das faturas de rendas de concessão, fees de gestão, tráfego de cargas, e dividendos. As administrações estrangeiras correspondem as faturas do intercambio de vagões.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticais)

	<u>31-Dez-2025</u>	<u>31-Dez-2024</u>
<u>Outros activos financeiros</u>		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	-	6.004
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
CFM – Logistics	1.735.705	1.577.004
	<u>1.741.691</u>	<u>1.588.994</u>

Os outros activos financeiros correspondem a aos saldos de Suprimentos concedidos as empresas participadas.

	<u>31-Dez-2025</u>	<u>31-Dez-2024</u>
<u>Estado</u>		
Empréstimos obtidos	7.227.824	6.578.159
	<u>7.227.824</u>	<u>6.578.159</u>

Os empréstimos obtidos através do Estado correspondem as responsabilidades repassadas para o CFM pelo Estado em forma de Acordos de retrocessão.

28. Compromissos e contingências

28.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 4.705 milhares de Meticais em 2025 e 73.596 milhares de Meticias em 2024.

28.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

28.3 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2025, apresenta-se como segue:

<u>Beneficiário</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Banco</u>
Tribunal do Trabalho da Cidade de Maputo	Processos judiciais em curso	3.474.286,50	MZN	BCI

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticaís)

29. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

29.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

29.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Empréstimos bancários	8.017.316	7.486.643
Financiamentos do Estado	7.227.824	6.578.159
Total	15.245.140	14.064.802
Caixa e equivalentes de caixa	6.993.096	5.461.384
	(8.252.044)	(8.603.418)
Redução de 50 pontos percentuais	(41.260)	(43.017)

O impacto de um aumento/redução de 50 pontos-base nas taxas de juro, com todas as outras variáveis constantes terá um efeito de 41.260 milhares de Meticaís (2024: 43.017 milhares de Meticaís) de aumento/redução no lucro antes de impostos.

29.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rand. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	31-Dez-2025		31-Dez-2024	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	63.27	64.54	63.27	64.54
Rands Sul-Africanos	3.81	3.89	3.38	3.44
Euros	74.26	75.75	66.12	67.47

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	Dólar Norte-Americano (USD)	Rand Sul-Africano (ZAR)	Euro (Eur)	Dólar Zimbabweano (ZWD)	Total
2025					
Activos financeiros:					
Clientes	310.818	245.149	-	-	555.967
Caixa e equivalentes de caixa	5.900.643	252.496	11.721	-	6.164.860
	6.211.461	497.645	11.721	-	6.720.827
Passivos financeiros:					
Fornecedores	72.611				72.611
Empréstimos obtidos	15.244.573	-	-	-	15.244.573
	15.317.183		-	-	15.317.183
Activos financeiros líquidos	(9.105.722)	497.645	11.721		(8.596.356)
2024					
Activos financeiros:					
Clientes	1.737.130	233.046	-	-	1.970.176
Caixa e equivalentes de caixa	4.575.292	211.778	10.411	-	4.797.481
	5.783.309	329.785	10.411	-	6.767.657
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(99.626)	-	-	-	(99.626)
Empréstimos obtidos	(14.064.802)	-	-	-	(14.064.802)
	(14.164.428)	-	-	-	(14.164.428)
Activos financeiros líquidos	(7.852.006)	444.824	10.411	-	(7.396.771)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticais)

Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

	USD		10% Aumento	10% Diminuição	ZAR		10% Aumento	10% Diminuição	Other		10% Aumento	10% Diminuição
	10% Aumento	10% Diminuição			10% Diminuição	10% Aumento			10% Diminuição	10% Aumento		
2025												
Ganho / (perda)	(910.572)	910.572										
Activos												
financeiros	621.146	(621.146)	49.764	(49.764)					1.172	(1.172)		
Passivos												
financeiros	(1.531.718)	1.531.718	-	-					-	-		
2024												
Ganho / (perda)	758.132	(758.132)	16.870	(16.870)	1.232	(1.232)						
Activos												
financeiros	(473.809)	473.809	16.870	(16.870)	1.232	(1.232)						
Passivos												
financeiros	1.231.941	(1.231.941)	-	-	-	-			-	-		

29.4 Risco de crédito

O risco de crédito na empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Caixa e equivalentes de caixa	6.993.096	5.461.384
Clientes	5.078.225	3.775.435
Outros activos financeiros	2.784.158	1.731.598
Outros activos correntes	9.272.513	8.789.634
	24.127.922	19.758.050
Imparidades	(998.520)	(1.118.684)
	23.129.402	18.639.366

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticais)

A empresa avaliou todos os saldos de clientes vencidos quanto à sua recuperabilidade e acredita que a sua qualidade de crédito se mantém intacta. Uma decomposição dos saldos de clientes vencidos, mas sem imparidade é apresentada como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Vencidos dias correntes		
Vencidos entre 1-30 dias	2.160.475	2.655.736
Vencidos entre 61-90 dias	834.963	190.486
Mais de 90 dias	2.082.728	1.170.264
	5.078.166	4.016.486
Imparidade	(495.838)	(616.002)
	4.582.328	3.400.484

29.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
2025				
Fornecedores	1.851.541	-	-	1.851.541
Outras contas a pagar	1.397.357	1.872.166	-	3.269.523
Empréstimos obtidos	2.109.394	6.215.099	6.920.648	15.245.140
Outros passivos financeiros	1.495.936	18.736.399	6.002.246	26.234.581
	6.854.228	26.823.664	12.922.894	46.600.786
2024				
Fornecedores	2.381.832	-	-	2.381.832
Outras contas a pagar	935.784	-	-	935.784
Empréstimos obtidos	4.106.746	3.721.539	6.236.517	14.064.802
Outros passivos financeiros	19.219.621	-	6.002.246	25.221.867
	26.643.983	3.721.539	12.238.763	42.604.285

29.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Total dos empréstimos	15.245.140	14.064.802
Total dos passivos financeiros	26.234.581	25.221.867
Total da dívida	41.479.722	39.286.669
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(6.993.096)	(5.461.384)
Dívida líquida	34.486.626	33.825.285
Capital próprio	49.879.061	48.968.840
	84.365.687	82.794.125
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	40%	41%

29.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

29.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticais)

29.9 Categoria dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Clientes	4.582.328	3.159.432
Outros activos financeiros	2.773.128	1.720.567
Caixa e equivalentes de caixa	6.993.107	5.461.384
	14.348.551	10.341.383
Empréstimos obtidos	(15.245.140)	(14.064.802)
Fornecedores	(1.851.541)	(2.381.832)
Outros passivos financeiros	(26.234.581)	(25.221.867)
	(43.331.262)	(41.668.501)
(Passivos) / activos financeiros líquidos	(28.982.711)	(31.327.118)

Outras informações

No âmbito das mais variadas iniciativas de cariz social e apoio no desenvolvimento das comunidades, o CFM, financiou a construção de uma Escola na Província de Cabo-Delgado.

No Sector ferro portuário de que o CFM é um dos actores importantes a par das concessionárias na sua dinamização é o Sector de Logística por Excelência, pressionando o transporte e desempenho de um papel fundamental, obrigando a construção de novas infra-estruturas e a modernização das já existentes, com destaque:

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

1. Duplicação da Linha de Ressano Garcia – II Fase

Cujo arranque está dependente do traçado da construção da barragem Moamba Major e possível impacto que poderá exigir do desvio do actual traçado da linha.

2. Projecto de Integração entre o SGOF (Sistema de Gestão de Operações Ferroviárias) do CFM e o RAN (Rail Arrival Notification) do MPDC

Ainda esta em curso o processo de integração entre os sistemas SGOF do CFM e RAN do MPDC de modo que os dados possuídos pelo CFM sejam partilhados em tempo real com o MPDC e vice-versa para melhorar o processo de gestão do *interface* e alcançar melhor eficiência. Com o processo em alusão será possível obter as seguintes informações, i) Previsão de chegada de vagões ao Porto; ii) Dados de fornecimentos; iii) Estado da descarga/Carregamento; iv) Notificação do fim das operações (Carga/Descarga no Porto); v) Dados das Consignações; vi) Pedido de retirada; vii) Registo da revisão de material; e viii) Notificação do percurso do comboio (partida e chegadas das estações). Com a implementação desta integração, os processos de Inspeção conjunta na Bossa (CFM-MPDC) e revisão conjunta na fronteira de *Komatipoort* (CFM-TFR) terão reflexos em tempo real no sistema SGOF do CFM.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO

Projecto de aumento da tubagem do Terminal de Petróleos (TP) da Beira. O actual TP possui um cais e capacidade média em situação de operação ininterrupta para movimentação de 2.5MTA e foi projectado para navios com porte de 60.000 DWT e LOA 230m as operações iniciaram em 1994. Em termos estruturais este cais é constituído por uma Plataforma central e 6 duques d'alba de assentes em caixões cilíndricos revestidos por estacas prancha. Neste momento decorre avaliação das propostas técnicas e financeiras para adjudicação desta empreitada.

1. Posicionamento do CFM na indústria de Petróleo e gás em Moçambique

O CFM criou em 2023 uma SPV denominada CFM Logistics, SA. A CFML tem como missão específica de apoiar o desenvolvimento e materialização de projectos de Oil & Gas (green field LNG) em Moçambique, actuando como um dos pilares do conteúdo local, prestar serviços de logística e influenciar a estrutura de uma indústria do sector preparada para os desafios do futuro.

Surge com uma visão clara de posicionar-se como actor incontornável na solução de logística na indústria de Oil & Gas em Moçambique para além de prestar outros serviços que possam agregar valor à sua missão.

O primeiro ano de sua criação serviram de vector para a sua afirmação no mercado, desencadeando acções que resultaram em parcerias que permitissem a sua visibilidade na esfera nacional

e internacional como referência ímpar tratando-se de subsidiária de uma Empresa secular os CFM, EP, herança que extravasa quaisquer valores no país.

Existem, ainda, outras reservas prováveis na Bacia do Rovuma e cerca de 6 Tcf na zona sul. Outras potenciais reservas na Bacia do Buzi, ainda em fase inicial de estudos exploratórios, dão uma indicação do imenso potencial em hidrocarbonetos existentes em Moçambique.

A adopção de uma estratégia integrada para a monitorização destes abundantes recursos petrolíferos e a sua conversão em factores de desenvolvimento socioeconómico do País deve ser visto como um factor determinante e de definição do sucesso.

A estratégia deve (necessariamente) promover o Conteúdo Local almejando sempre a felicidade económica dos moçambicanos, por via da industrialização e a participação dos mesmos nas diversas oportunidades de negócio que poderão ser geradas nas vertentes de exploração e produção (upstream), armazenamento, logística e transporte (midstream) e processamento (downstream).

Os Projectos da Bacia de Rovuma têm o potencial de:

Transformar a economia moçambicana, tornando-a robusta e geradora de elevadas receitas para o Estado. Estimular oportunidades imensuráveis e o crescimento de empresas moçambicanas, sem comprometer a competitividade da indústria de O&G.

Fomentar o desenvolvimento humano e social e propiciar igualdade de acessos e oportunidades, podendo contribuir para uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Sendo o CFM um actor importante na logística ferro-portuária, afigura-se pertinente o seu envolvimento na indústria de O&G, com as premissas de:

Implantação, exploração e desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e/ou serviços de logística portuária e de transporte em Moçambique, em geral, interessam ao CFM por ser parte da sua missão e escopo de actividade. É do interesse do CFM:

- Construção e Operação do Porto MultiUso de Palma (Afungi, Palma)
- Prestação de Serviços Marítimos (Pemba & Afungi)
- Prestação de Serviços e Logística Portuária (Nacala, Pemba & Afungi)
- Transporte Marítimo de LNG (Afungi para o resto do Mundo)

O envolvimento do CFM assenta-se na seguinte base:

O CFM tem a obrigação de captar as oportunidades de negócio que os Projectos de Gás geram para o sector dos transportes (incluindo, por via da Satisfação do Conteúdo Local), através:

Incremento da competitividade das Empresas Moçambicanas e da Economia, assegurando a provisão de serviços requeridos para atender as necessidades da indústria de petróleo e gás.

Obtenção de ganhos para Empresa/Economia, gerando a antecipação das receitas do gás.

Desenvolvimento do linkage e sinergias a nível do sector empresarial público e privado moçambicano e o valor acrescentado.

Criação de emprego e transferência de know-how para os Moçambicanos qualificados ou não, participando na cadeia de fornecimento e na cadeia de valor do petróleo e gás.

O envolvimento do CFM justifica-se pelo facto de:

O Governo ter conferido ao CFM a especial missão de participar e envolver-se em negócios de O & G (Ex: LNG Shipping – Área 1), o que deve permitir:

Empoderamento de Moçambique nos negócios de O & G: hoje - Área 1 (Afungi), amanhã - Área 4 (Offshore), depois - Área 5 (Angoche);

Diversificação e agregação de novos negócios para o CFM, com a participação na indústria de O & G. O CFM criou uma nova sociedade, denominada CFM- Logistc para fazer face a várias frentes e oportunidades na indústria de O & G .

2. Investimentos previstos para o ano 2025

Para o ano 2025 o CFM continua comprometido em realizar investimentos em activos ferro-portuários ligados a infra-estrutura bem como no incremento do material circulante para fazer face a contento das previsões de tráfego em todos os corredores em que a gestão está sob sua alçada. Para o efeito, o destaque vai para os seguintes projectos:

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

Aquisição de material circulante de modo a gradualmente absorver grande parte de mercadorias tradicionalmente transportados na ferrovia que se encontram a ser transportadas, também, na rodovia no corredor de Maputo para as Linhas de Goba, Ressano Garcia e Limpopo;

Conclusão da Implementação do Sistema de Telecomunicações (LTE – Long Term Evolution) através da tecnologia 5G na linha de Goba

Conclusão da Fase I do Projecto de duplicação da Linha de Ressano de Garcia (42km de Matola Gare a Secongene) no âmbito do Plano Quinquenal do Governo 2020/2024;

Continuação da execução do Projecto de Requalificação da Estação Central de Maputo;

Conclusão da construção da ponte ferroviária sobre o rio Tembe na linha de Goba e respectiva linha férrea de conexão.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO:

Reposição da capacidade operacional, face aos danos causados às infraestruturas ferro-portuárias pelos ciclones IDAI, Ana e recentemente do Filipo;

Dragagem de manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Beira;

Implementação do Sistema de Telecomunicações (LTE – Long Term Evolution) através da tecnologia 5G na linha de Sena;

Aquisição de material circulante, financiado pelo Exim Bank para fazer face a concorrência do tráfego rodoviário, numa perspectiva de complementaridade;

Conclusão do Estudo do Projecto de Engenharia para expansão da capacidade do Terminal de Petróleos da Beira;

Instalação do Sistema de Controlo de Tráfego de Navios (VTS) e do Sistema de Gestão Integrado e Controlo de Veículos no porto da Beira.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO NORTE:

Investimento e ampliação do Porto de Pemba tendo em vista maximizar o volume de negócio gerado com a implantação do projecto do Óleo e Gás.

Reposição das condições para o reatamento das actividades com normalidade no Porto de Mocimboa da Praia.

3. Investimentos e Acções Estratégicas

SEDE:

Investir em novas áreas estratégicas de negócio (ex: Óleo e Gás no âmbito do Conteúdo Local);
Harmonização com a Autoridade Tributária sobre os horários de trabalho na Ferrovia e no Porto de modo a otimizar a eficiência operacional e satisfação dos clientes utentes dos mesmos;

Reflexão sobre os actuais problemas de gestão operacional com as administrações vizinhas (TFR e NRZ) que impactam na demanda de tráfego para os corredores de Maputo e da Beira e possível apoio na solução dos mesmos com envolvimento de todos intervenientes na cadeia logística.